

**Curso:**

# Aspectos Conceituais e Históricos do Controle Interno

**Instrutores:**

Hugo Santiago  
Danielle Maranhão



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA



# Curso de Formação

Instrutor:  
**Hugo Santiago**

**Formação Acadêmica:**  
**2021 – Mestre em Ciências Contábeis (UFPE)**  
**2014 – MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal (UNINTER)**  
**2009 – Graduado em Ciências Contábeis (UFPE)**

## Trajetória Profissional

- **SCGE/PE (Desde 2010)**
  - **Assessor Técnico (AST)** - (Desde 2024 - 2020/2021)
  - **Diretor de Orientação ao Gestor Público e Informações Estratégicas (DOGI)** - (2021/2023)
  - **Assessor Especial de Controle Interno (AECI) e Ouvidor da SCGE** - (2019/2020)
  - **Diretor de Auditoria (DAUD)** - (2016/2019)
  - **Chefe de Gabinete e Relações Institucionais (CGRI)** - (2015/2016)
  - **Coord. de Informações Estratégicas e Análise de Riscos (CIAR)** - (2015)
- **Complexo Industrial-Portuário de SUAPE (2023-2024)**
  - **Diretor de Administração e Finanças (DAF)**
- **Secretaria de Saúde (2014)**
  - **Diretor Geral de Administração (DGA)**
- **Fundação HEMOPE (2012-2014)**
  - **Diretor de Administração e Finanças (DAF)**





# Curso de Formação

Instrutora:

**Danielle Maranhão**

**Formação Acadêmica:**

**2023 – Especialização em  
Auditoria Interna e Controle  
Governamental (Verbo)**

**2020 – Especialização em  
Licitações e Contratações  
Públicas (CERS)**

**2015 - MBA em Contabilidade  
Pública e Responsabilidade Fiscal  
(UNINTER)**

**2002 – Graduada em Ciências  
Contábeis (UFPE)**

## Trajетória Profissional

- SCGE/PE (Desde 2015)
  - Chefe da Unidade de Prestação de Contas de Governo – DIPC (Desde 2023)
  - Chefe da Unidade de Apoio e Projetos – DAUD - (Desde 2023)
  - Coordenadora de Auditoria de Obras, Licitações e Contratos - DAUD - (2016/2020)
  - Chefe da Unidade de Desenvolvimento de Planos de Racionalização – DCQG - (2016)
- Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento (2006-2015)
  - Gerente Cadastro e Reajuste de Contratos
  - Coordenadora de Macro processos do Sistema ERP
- Trevisan Auditores Independentes (2001-2005)
  - Senior 1 de Auditoria





## Módulo II – Desenvolvimento Técnico-Profissional

- **Programação do Curso:**
  - **Perspectivas do Controle**
  - **Aspectos históricos – Controle no Brasil**
  - **Controle Interno – Pernambuco**
  - **Diretrizes Controle Interno – CONACI**
  - **“Novas” funções – Controle Interno**
  - **Tópicos Contemporâneos de Controle Interno**



# Perspectivas de Controle



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA



# Perspectivas de Controle



**Dominação (hierarquia/subordinação)**



**Direção (comando)**



**Limitação (proibição)**



**Vigilância (fiscalização contínua)**



**Registro (Identificação)**



**Inspeção (exame)**





# Perspectivas de Controle

## Controle como instrumento da democracia

- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) – “A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público sobre sua administração”

## Controle – perspectiva administrativa (Fayol)

- “Verificar se tudo ocorre em conformidade com o plano adotado, as instituições emitidas e os princípios estabelecidos”
- Controle como um dos quatros princípios da administração.

## Controle Administração Pública (Hely Lopes Meireles)

- “É a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, Órgão ou Autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”.





# Perspectivas de Controle

## Controle “sentido negativo”

- Controle numa perspectiva sociológica
- Domínio e Coesão Social
- Meios de punição ao comportamento dos indivíduos
- Vigiar, apurar e punir

## Controle “sentido positivo”

- Função administrativa como instrumento de apoio à gestão
- Alcance dos objetivos
- Domínio da Ação
- Controladoria





# Perspectivas de Controle



O panóptismo, conceito proposto por Michel Foucault, refere-se a um sistema de vigilância e controle que se manifesta através da possibilidade de uma observação constante, sem que os indivíduos saibam se estão ou não a ser observados.

Esta vigilância constante, que se estende a diferentes instituições e práticas sociais, tem como objetivo exercer poder e controlar comportamentos através da disciplina e da auto-vigilância.



# Atuação Ética - Controladoria

“A Contabilidade é uma Ciência Social cujo objeto de estudo é a mediação (arbitramento) do conflito distributivo, mediante o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, sob a perspectiva de uma atuação ética, pautada no interesse público e na dignidade do ser humano.”

Iudícibus, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2011)





# Atuação Ética - Controladoria

Revenue	6.00 Reichmarks
Less food	.60
Less amortization for clothes	.10
Net revenue	5.30
Times –expected life span in months	9.00
–days worked per month	<u>30.00</u>
Total revenue for period	1,431.00
Plus revenue at death	<u>200.00</u>
Net profit per prisoner	1,631.00

Figure 1 - *Income statement.*

Figura 1 - *Declaração de renda.*

Fonte: Kogan (1950, p. 269).

Reproduzido de Lippman e Wilson (2007, p. 288).



# Atuação Ética - Controladoria

BRASIL PIORA NO 'RANKING DA CORRUPÇÃO'...

MAS O  
SENHOR NÃO DIZIA  
EM SUA CAMPANHA  
QUE ERA ADEPTO  
DO COMBATE  
À CORRUPÇÃO?

ADEPTO,  
MAS NÃO  
PRATICANTE!

WWW.BLOCOGRAFIA.COM.BR WWW.BLOCOGRAFIA.COM

GAZ

O SENHOR É  
CORRUPTO?

DEPENDE DO  
PONTO DE VISTA.

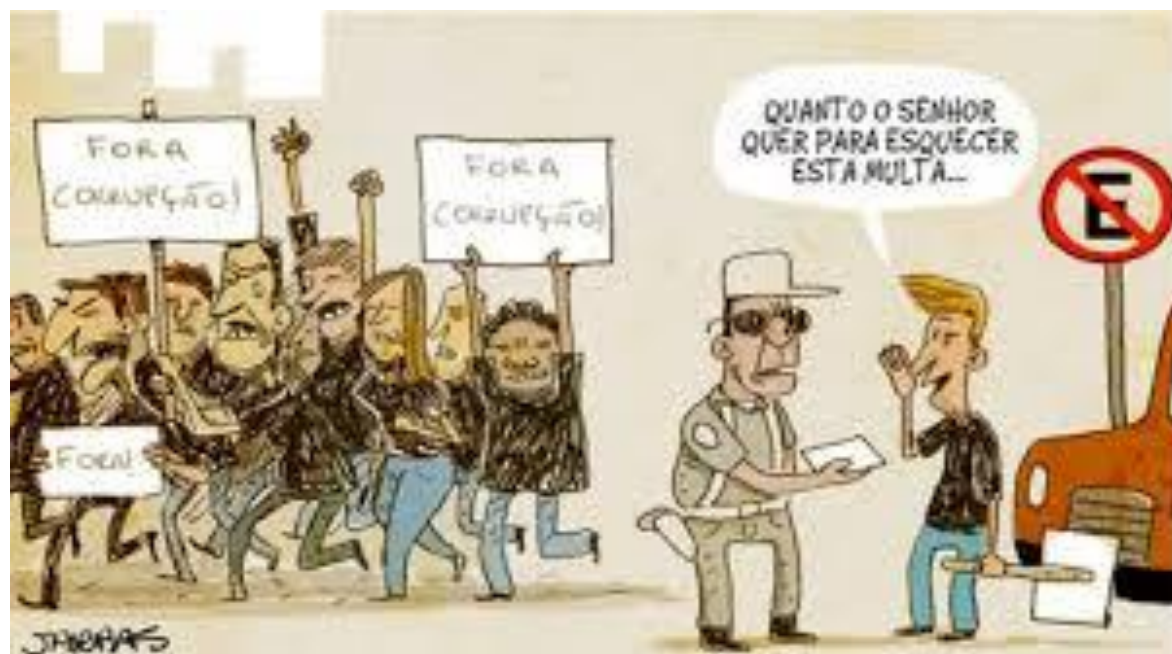
Fonte: Cícero Lopes

CICERO





# Atuação Ética - Controladoria





# Atuação Ética - Controladoria







# Atuação Ética - Controladoria



## InvestNews

### Auditorias e governança

Francisco reformou a gestão do Banco do Vaticano com uma revisão exaustiva de contas, fechando milhares que não cumpriam os novos, e rigorosos, critérios. Sob seu comando, o IOR passou a submeter-se a auditorias anuais independentes, e novos estatutos foram aprovados em 2019 tornando obrigatória a auditoria externa e ampliando o conselho supervisor laico.

O Vaticano também fortaleceu sua cooperação internacional. A Autoridade de Informação Financeira (AIF) firmou acordos de troca de informações com vários países, e em 2017, a Itália incluiu o Vaticano em sua “lista de Estados financeiramente confiáveis”. Relatórios anuais da AIF indicaram uma queda significativa em operações suspeitas.

Em 2021, um cardeal italiano, Angelo Becciu, tornou-se o primeiro a responder criminalmente por crimes econômicos no Tribunal do Vaticano, sendo condenado em 2023 por fraude – relativa à compra superfaturada de um prédio em Londres, dez anos antes, com dinheiro da cidade-Estado.

Após 12 anos de papado, Francisco deixa um Vaticano financeiramente mais transparente e responsável. Auditorias independentes, prestação pública de contas e colaboração internacional agora são rotina.







# Estruturas de Controle na Gestão Pública



# Aspectos Históricos Controle no Brasil



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA

# Aspectos Históricos – Controle no Brasil



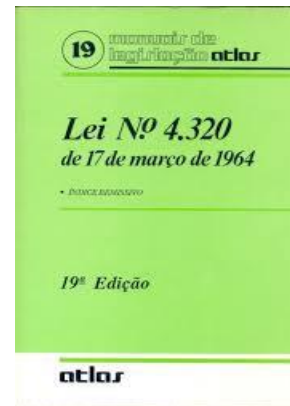
1761

**Corte de Avaliação Financeira**  
Marquês de Pombal



1889/1891

**1ª CF da República**  
TCU – Exame prévio de despesas e receitas



1964

**Lei Federal nº 4.620/64**  
Direito financeiro e controle orçamentário



1988

**Constituição Federal/88**  
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)**



# Aspectos Históricos – Controle no Brasil

## Lei nº 4.320/1964

### TÍTULO VIII Do Contrôlo da Execução Orçamentária CAPÍTULO I Disposições Gerais



Art. 75. O contrôlo da execução orçamentária compreenderá:

- I - a **legalidade dos atos** de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II - a **fidelidade funcional** dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
- III - o **cumprimento do programa de trabalho** expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.



# Aspectos Históricos – Controle no Brasil

## Lei nº 4.320/1964

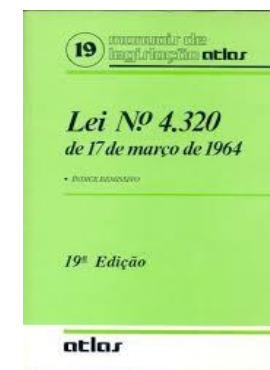
### CAPÍTULO II

#### Do Controle Interno

Art. 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será **prévia, concomitante e subsequente**.

Art. 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.





# Aspectos Históricos – Controle no Brasil Constituição Federal 1988

## SEÇÃO IX

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 70. **A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, **será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União (...)**



## SEÇÃO IX

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de:

- I - **avaliar o cumprimento das metas** previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a **legalidade e avaliar os resultados**, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - **apoiar** o controle externo no exercício de sua missão institucional.





# Aspectos Históricos – Controle no Brasil Constituição Federal 1988



O “sistema de controle interno que os Poderes devem manter, de forma integrada, a que se refere o artigo 74 da Constituição Federal”, não se confunde com “Controle Interno/Sistema de Controle Interno”, na perspectiva de uma organização, por consistir em um conjunto de unidades técnicas articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno indicados na Constituição e normatizados em cada nível de governo.

O gestor maior do respectivo Poder tem a responsabilidade de instituição do “Controle Interno”, enquanto os gestores do alto escalão como ministros, secretários estaduais e municipais e dirigentes de entidades da administração indireta são responsáveis pela implementação do “Controle Interno” nos respectivos órgãos e entidades.



# Estruturas – Controle no Brasil



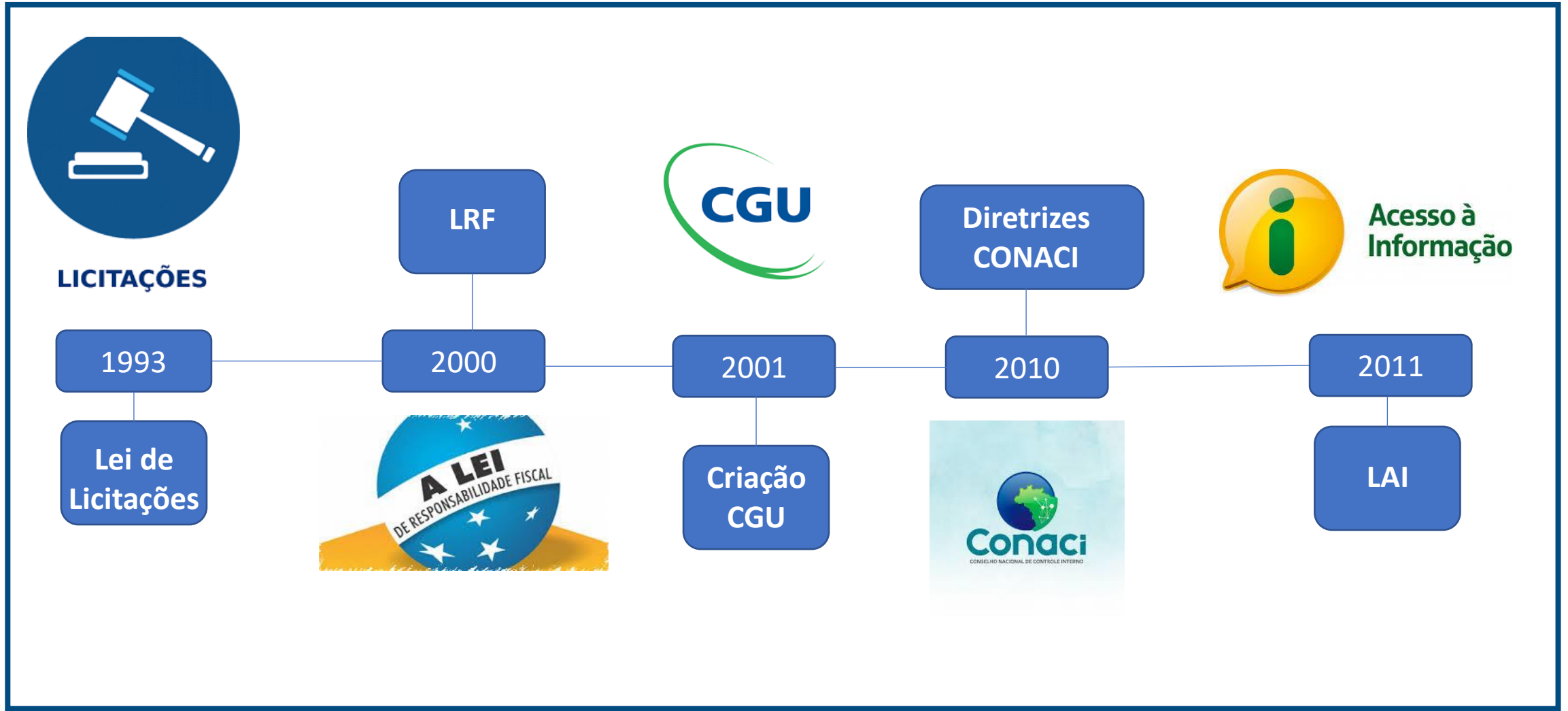
Assim, as Controladorias/Auditorias Gerais são os órgãos centrais do “Controle Interno”. A supervisão técnica do órgão central está relacionada com o desenvolvimento e contínuo aprimoramento de procedimentos padrões, disseminação de boas práticas, apoio no processo de capacitação, avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos dentre outras atividades correlatas, preservando-se a independência, ou seja, não podendo exercer atribuições de gestão – incluindo nessas a execução de atividades de controles internos, de responsabilidade dos gestores.

O controle interno é um conjunto de normas, práticas e métodos projetados para assegurar e potencializar a capacidade das organizações de cumprir sua missão, ao mesmo tempo em que minimiza o risco de falhas.



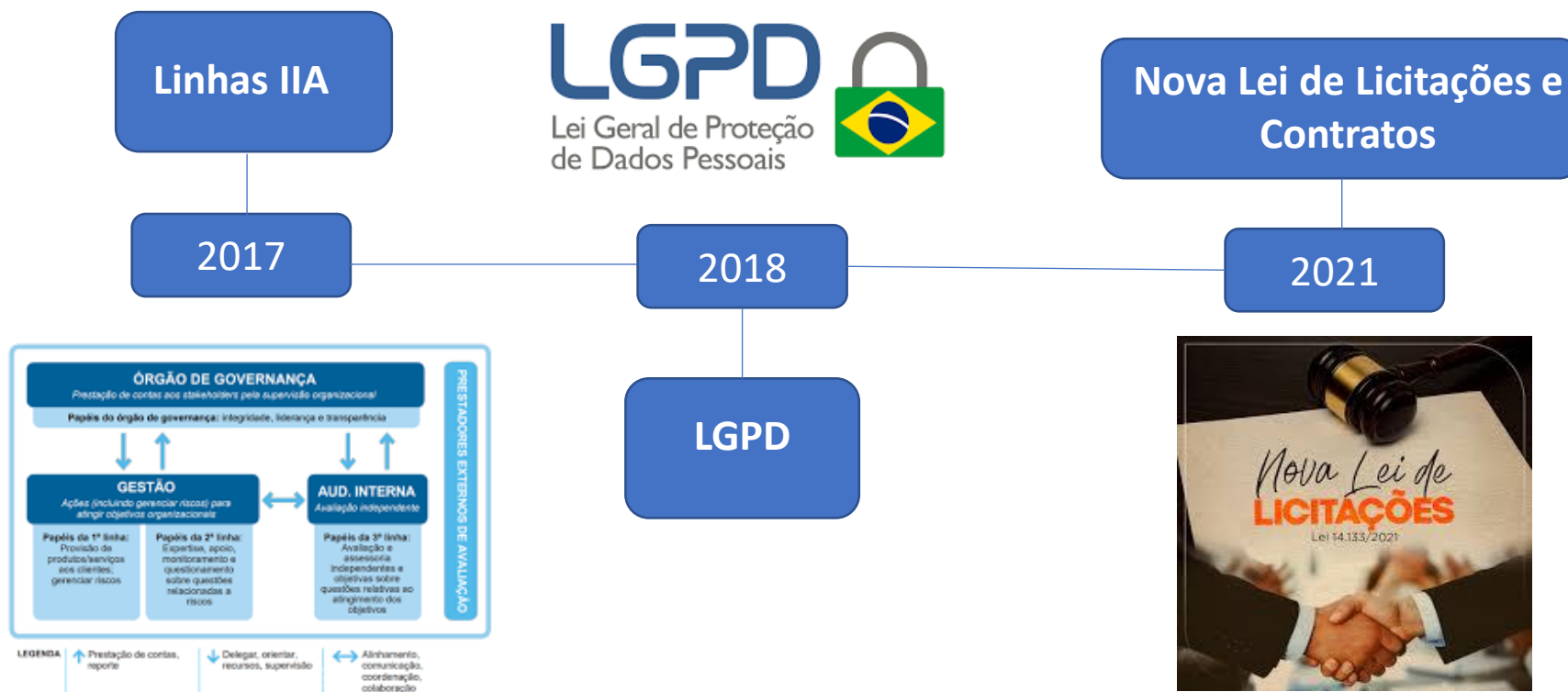


# Aspectos Históricos – Controle no Brasil





# Aspectos Históricos – Controle no Brasil





# Aspectos Históricos – Controle no Brasil

## Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - 101/00)

Art. 54 - Relatório de Gestão Fiscal

O relatório será assinado pelo Chefe do Poder, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo **controle interno**.

RGF contém:

- a) **despesa total com pessoal**, distinguindo a com inativos e pensionistas;
- b) **dívidas** consolidada e mobiliária;
- c) concessão de **garantias**; e
- d) **operações de crédito**, inclusive por antecipação de receita.





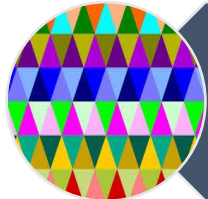
# Estruturas – Controle no Brasil



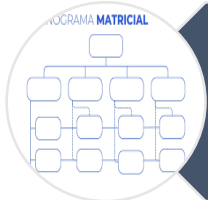
A Controladoria-Geral da União serve de parâmetro e indutor para as estruturas de órgãos de Controle Interno subnacionais



Estruturas de Controle Interno são dinâmicas



Não há padronização nas estruturas de controle interno na Federação



Nomenclatura: Controladorias-gerais; Auditorias; Corregedorias; Secretaria de Transparência; Ouvidoria-Geral; Secretaria de Controle







# Estruturas – Controle no Brasil

## Isomorfismo

O Isomorfismo reflete uma tendência de forma e estrutura em relação ao ambiente institucional.

### Isomorfismo Mimético

- Decorrente do sucesso e do prestígio de algumas organizações do campo organizacional, o que as torna mais legítimas e, conseqüentemente, imitadas pelas outras, que almejam alcançar os mesmos resultados diante das incertezas existentes.

### Isomorfismo Normativo

- Decorrente da profissionalização no campo organizacional, que leva para as organizações profissionais com conhecimentos e percepções semelhantes quanto a modelos, práticas, procedimentos e estruturas.

### Isomorfismo coercitivo

- Decorrente do poder e da dependência entre organizações do mesmo campo e do estabelecimento de regras, práticas, estruturas e procedimentos cuja adoção é obrigatória





# Controle Interno Pernambuco



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

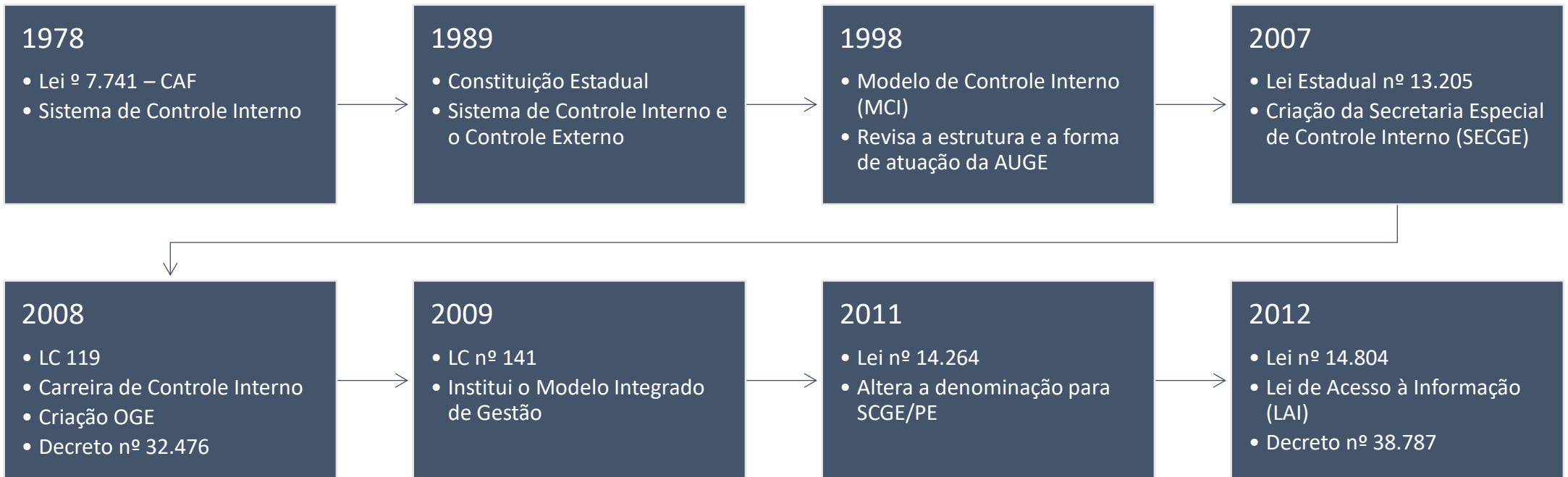
Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA

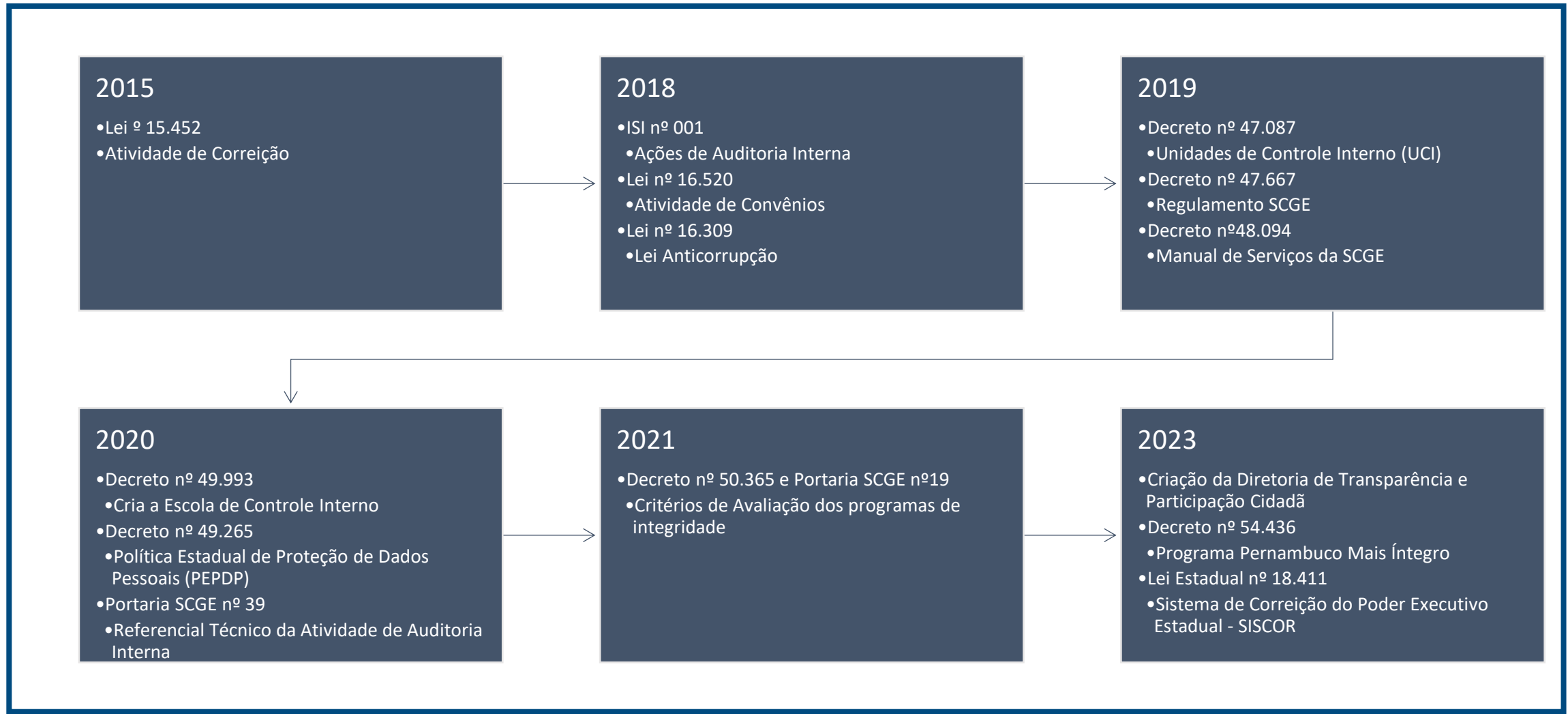


# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei nº 7.741/1978 - CAF

### LIVRO VII DO CONTROLE INTERNO TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CÓDIGO DE  
ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA DO  
ESTADO DE  
PERNAMBUCO - CAF

Art. 228. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

- I - acompanhar a execução de programas de trabalho e a dos orçamentos do Estado;
- II - avaliar os resultados alcançados pelos administradores dos órgãos da administração direta e indireta, fundações originadas do patrimônio público e órgãos autônomos e verificar a perfeita execução dos contratos;
- III - possibilitar a comparação entre as informações contábeis sobre os dispêndios públicos com os serviços efetivamente prestados, as obras realizadas e a adequada qualidade dos materiais adquiridos, visando a probidade administrativa dos atos do Governo;
- IV - controle legal da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda e alienação dos bens do Estado;
- V - planejar, orçar, acompanhar e avaliar a compatibilização dos programas de ação do Governo com os recursos previstos;
- VI - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa.





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei nº 7.741/1978 - CAF

Art. 229. **O controle interno compreenderá:**

- I - o sistema de controle do tesouro estadual;
- II - o sistema de controle do orçamento.

Art. 231. O **sistema de controle** do tesouro estadual compõe-se de:

- I - um órgão central do sistema;**
- III - um subsistema de auditoria;**

CÓDIGO DE  
ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA DO  
ESTADO DE  
PERNAMBUCO - CAF





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Constituição Estadual de Pernambuco - 1989

Constituição Estadual  
de Pernambuco / 1989

### Seção V

#### Da Fiscalização Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

##### Subseção I Da Fiscalização



Art. 29. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta e fundacional, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Constituição Estadual de Pernambuco - 1989

Constituição Estadual  
de Pernambuco / 1989

Art. 31. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.







# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei Complementar – 141/2009

O Modelo Integrado de Gestão é composto pelos seguintes sistemas:



Sistema de Controle Social



Sistema de Planejamento e Gestão



Sistema de Gestão Administrativa



Sistema de Controle Interno





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei Complementar – 141/2009

O **objetivo** do Modelo Integrado de Gestão é a **racionalização do uso dos recursos disponíveis e ampliação do desempenho** geral do Governo do Estado na entrega de bens e serviços à sociedade, com a qualidade necessária.





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei Complementar – 141/2009

### TÍTULO II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS CAPÍTULO I DO SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL

Art. 7º O **Sistema de Controle Social** deverá garantir os **espaços formais de interlocução** com a sociedade e **disponibilizar canais de divulgação**, atendimento presencial e remoto ao cidadão, viabilizando a transparência das ações do Governo do Estado e democratizando o acesso a informações e serviços públicos.

Art. 10. Os **canais de divulgação**, atendimento presencial e remoto ao cidadão, serão organizados nos seguintes instrumentos, sem prejuízo de outras iniciativas e formas de interlocução:

I - Ouvidoria Geral do Estado;

II - Portal da Transparência;

III - Publicações oficiais em meio físico e digital



**A transparência das informações contribui para a redução da assimetria informacional entre o agente e o principal**





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei Complementar – 141/2009



### TÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS

#### CAPÍTULO II

#### DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE **CONTROLE INTERNO**

**Art. 14. O Sistema de Controle Interno compreende, no âmbito do Poder Executivo, as atividades relacionadas com a defesa do patrimônio público, o controle interno, a auditoria pública, a prevenção e combate à corrupção, o incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública estadual e o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.**

§ 1º Entende-se por **Sistema de Controle de Interno** o conjunto de **órgãos, funções e atividades**, articulado pela Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado, como órgão central de coordenação, orientado para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição e nesta Lei Complementar.





# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

## Lei Complementar – 141/2009



Para atendimento de suas finalidades o Sistema de Controle Interno deverá abranger, dentre outras, as seguintes funções:

- I - Ouvidoria - quando recebe, registra e trata denúncias e manifestações do cidadão, encaminhadas pela Ouvidoria Geral do Estado, nos termos do § 1º do art. 10 desta Lei Complementar, sobre os serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação de recursos públicos, visando à melhoria da sua qualidade, eficiência, resolubilidade, tempestividade e equidade.
- II - Controladoria - quando orienta e acompanha a gestão governamental para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.
- III - Auditoria governamental - quando examina a legalidade e legitimidade e avalia os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- IV - Correição - quando apura os indícios de ilícitos praticados no âmbito da Administração pública, e promove a responsabilização dos envolvidos, por meio da instauração de processos e adoção de procedimentos, visando inclusive ao ressarcimento nos casos em que houver dano ao erário.







# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE

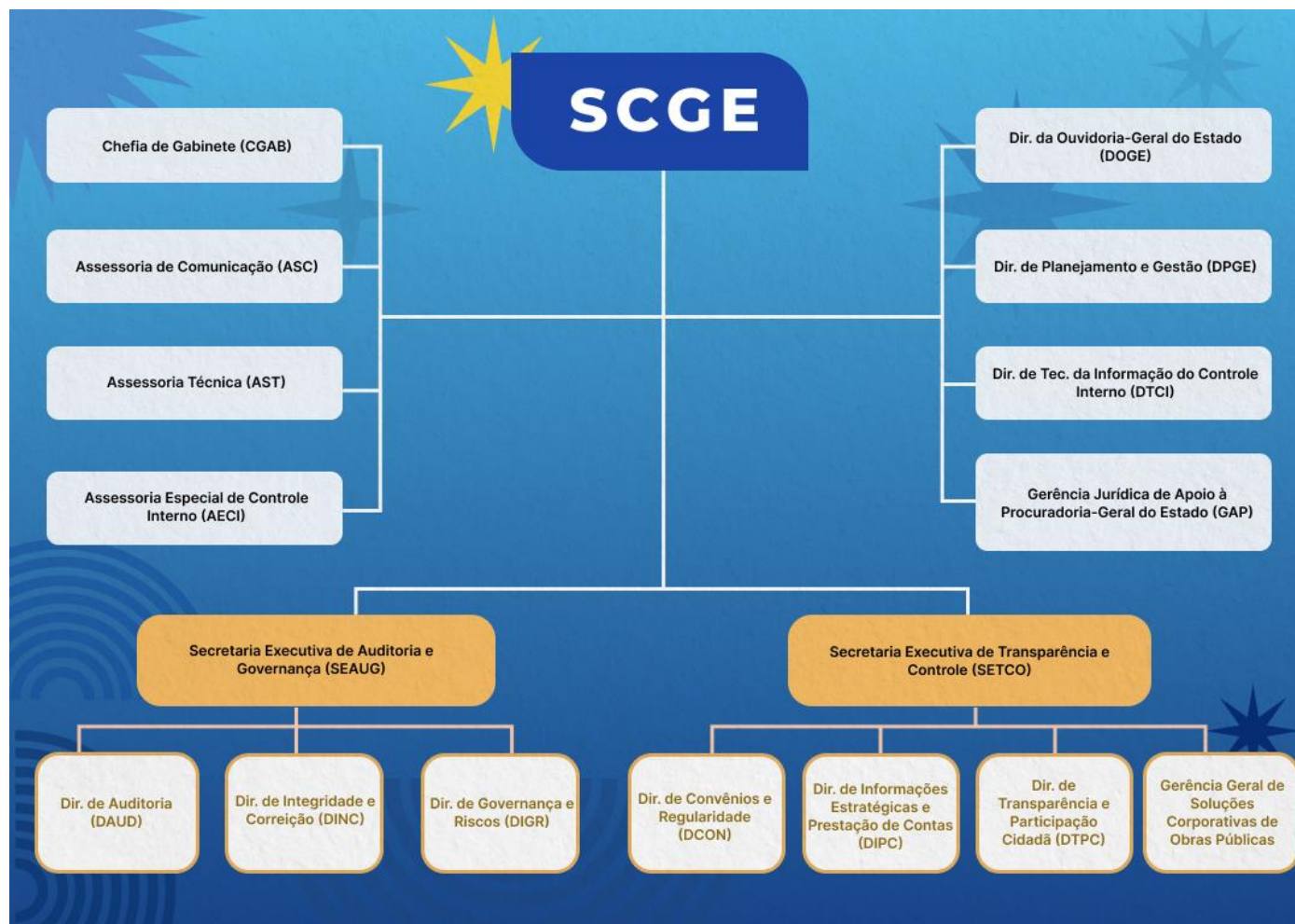
## Lei Complementar – 141/2009



- ✓ As funções de que tratam os incisos II e III (**Auditoria Governamental e Controladoria**) são exercidas, **PLENAMENTE**, pela Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado e seus núcleos setoriais.
- ✓ As funções de que tratam os incisos I e IV (**Ouvidoria e Correição**) são exercidas por órgãos definidos na estrutura orgânica do Poder Executivo Estadual.
- ✓ A Procuradoria Geral do Estado **INTEGRARÁ** o **Sistema de Controle Interno** devendo, no exercício de suas atribuições institucionais previstas na Lei Complementar nº 2, de 20 de agosto de 1990, adotar medidas preventivas, promover a responsabilização de agentes públicos pela prática de atos ilícitos e o ressarcimento dos danos ao Erário deles decorrentes.



# Retrospectiva Legal – Controle Interno PE



# Diretrizes Controle Interno CONACI



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA

## Conselho Nacional de Controle Interno - Conaci

- ❖ Congrega os Órgãos de Controle Interno da União, dos Estados, DF e Municípios brasileiros.
- ❖ Missão: Fortalecer, por meio da representação colegiada, os mecanismos de governança e de controle interno na administração pública do Brasil, estimulando a cultura de integridade, a participação social e a prevenção da corrupção.
- ❖ Coordena e articula as ações de interesse dos órgãos de controle interno, a realização de debates e eventos de interesse de seus membros e a coordenação e desenvolvimento de programas e projetos voltados à construção de mecanismos de controle que possibilitem ao país avançar econômica e socialmente, aproximando o poder público dos cidadãos.
- ❖ Emite Diretrizes, enunciados, resoluções com o intuito do alcance às suas finalidades.



# Diretrizes Controle Interno - Conaci



Documento emitido em 2010

Objetivo: Padronizar e nortear as ações dos Órgãos de Controle Interno no país

Macrofunções de Controle Interno

- Auditoria Governamental
- Controladoria
- Corregedoria
- Ouvidoria

76 Diretrizes

- Gestão do Sistema de Controle Interno







# Diretrizes Controle Interno – Conaci

## Macrofunções do Controle Interno



### AUDITORIA

Auditoria é a função do controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos órgãos e entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade bem como da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas ou jurídicas.





# Diretrizes Controle Interno – Conaci

## Macrofunções do Controle Interno



### CONTROLADORIA

Controladoria é a função do controle interno que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.





# Diretrizes Controle Interno – Conaci

## Macrofunções do Controle Interno



### CORREIÇÃO

Correição é a função do controle interno que tem por finalidade apurar os indícios de ilícitos praticados no âmbito da administração pública, e promover a responsabilização dos envolvidos, por meio da instauração de processos e adoção de procedimentos, visando inclusive ao ressarcimento nos casos em que houver dano ao erário.







# Diretrizes Controle Interno – Conaci

## Macrofunções do Controle Interno



### OUVIDORIA

Ouvidoria é a função do controle interno, que tem por finalidade fomentar o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre os serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação de recursos públicos, visando a melhoria da sua qualidade, eficiência, resolubilidade, tempestividade e equidade.





# Diretrizes Controle Interno - Conaci



## Definição de Sistema de Controle Interno:

- Conjunto de órgãos, funções e atividade, articulado por um órgão central de coordenação, orientados para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição e normatizadas em cada Poder e esfera de governo.

Diretrizes propostas plenamente aderente ao Modelo previsto para o Sistema de Controle Interno em Pernambuco

Necessidade de revisita/atualização. Ex. Auditoria, Transparência e Integridade

Revisita ao Conceito de Controladoria





# Missão da Auditoria Interna

A atividade de auditoria interna governamental tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional e como propósito oferecer serviços objetivos de avaliação e consultoria baseados em risco, almejando contribuir na melhoria da gestão governamental, de forma a possibilitar o aprimoramento dos controles internos administrativos, a gestão de riscos e a geração de informações preventivas e oportunas para subsidiar o processo decisório dos órgãos e entidades examinados.



# “Novas” funções do Controle Interno



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA



# “Novas” funções – Controle Interno

Controladoria ambiente corporativo x Controladoria setor público



“Em sua gênese, a CGU, estruturalmente, surge da fusão de funções dispares, albergadas sob o mesmo chapéu, fruto desse processo de assunção de responsabilidade derivadas na mudança do país e do mundo.”



Início CGU:

Secretaria Federal de Controle  
Interno (SFC) - Auditoria

Corregedoria-Geral

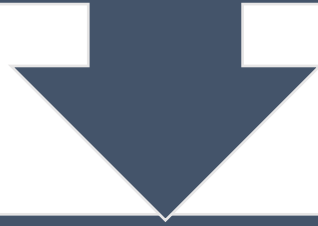
Ouvidoria-Geral





# “Novas” funções – Controle Interno

Modelo Plástico



Agregação de funções ao longo do tempo

Transparência

Prevenção à Corrupção  
(Integridade)

Combate à Corrupção (Auditoria  
Investigativa)





# “Novas” funções – Controle Interno





# “Novas” funções – Controle Interno

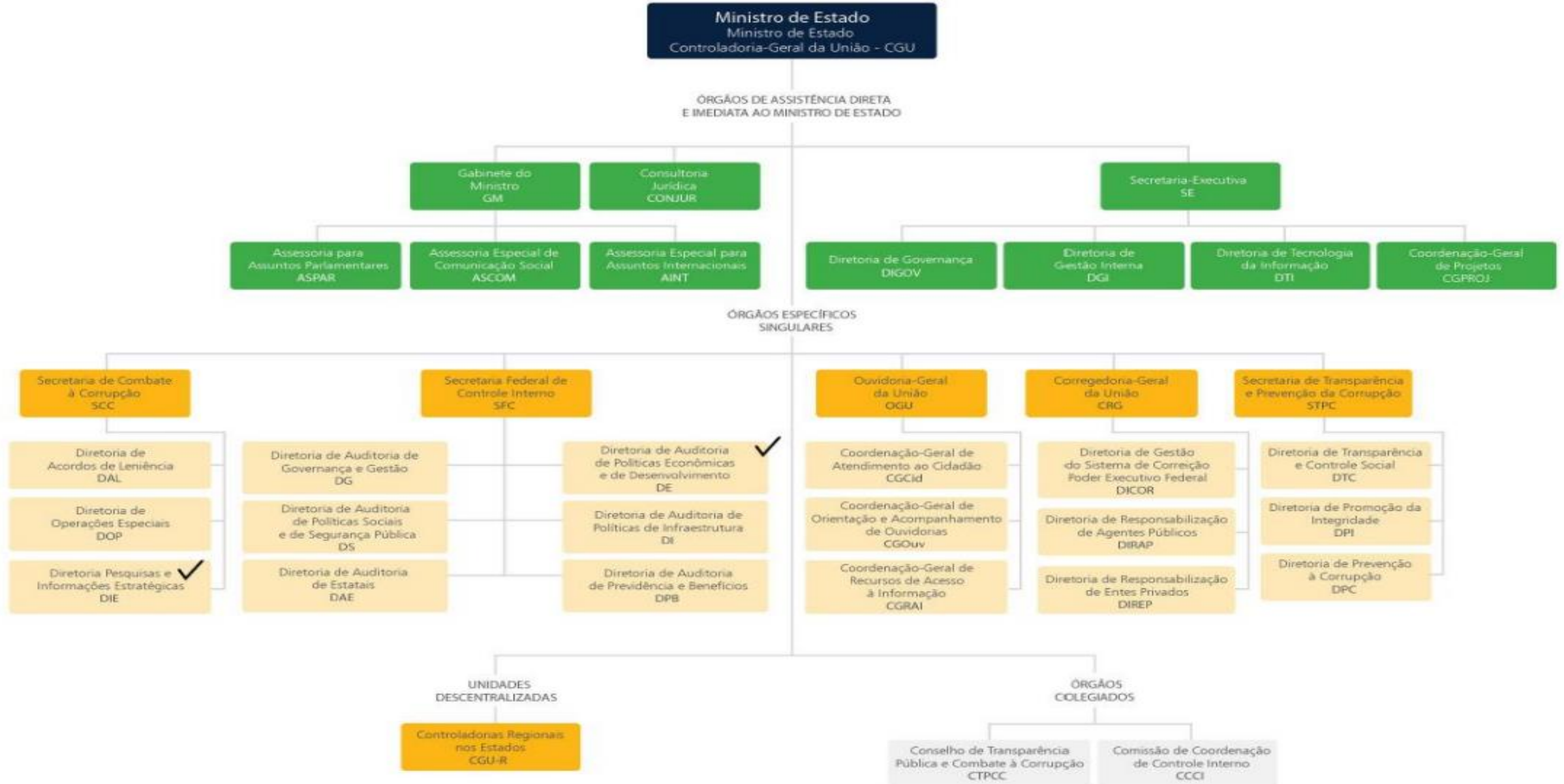
-  Transparência
-  Auditoria
-  Integridade
-  Ouvidoria
-  Corregedoria
-  Combate à Corrupção
-  Contabilidade





# “Novas” funções – Controle Interno

## Estrutura Organizacional - CGU





# “Novas” funções – Controle Interno

SECRETARIA	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS AÇÕES (DEC. Nº 9.681/2019)
Secretaria Federal de Controle Interno (Auditoria Interna Governamental)	-Realizar avaliações da gestão pública por meio de auditorias, propondo a correções e melhorias.
Ouvidoria-Geral da União	-Gerir o recebimento e análise de denúncias, reclamações, solicitações, elogios, sugestões e pedidos de acesso à informação.
Corregedoria-Geral da União (atividade disciplinar)	-Atuar em relação a aplicação das leis de responsabilização administrativa de servidores, empregados públicos e entes privados.
Secretaria de Combate à Corrupção	-Atuar nas atividades relacionadas a acordos de leniência, inteligência e operações especiais.
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	-Atuar na prevenção da corrupção e na promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social.

Fonte: [https://revista.cgu.gov.br/Revista\\_da\\_CGU/article/view/325](https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/325)





# “Novas” funções – Controle Interno

**Ministro de Estado**  
Controladoria-Geral da União - CGU

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA  
E IMEDIATA AO MINISTRO DE ESTADO

Secretaria-Executiva  
SE

Diretoria de Planejamento,  
Inovação e Sustentabilidade  
DIPS

Diretoria de Gestão  
Corporativa  
DGC

Diretoria de Pesquisas e  
Informações Estratégicas  
DIE

Diretoria de Tecnologia  
da Informação  
DTI

Gabinete do  
Ministro  
GM

Assessoria Especial para  
Assuntos Internacionais  
AINT

Assessoria Especial de  
Comunicação Social  
ASCOM

Assessoria Especial de Participação  
Social e Diversidade  
APSD

Assessoria para Assuntos  
Parlamentares e Federativos  
ASPAR

Consultoria  
Jurídica  
CONJUR

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Secretaria Federal de  
Controle Interno  
SFC

Diretoria de Auditoria  
de Governança e Gestão  
DG

Diretoria de Auditoria  
de Políticas Sociais  
e de Segurança Pública  
DS

Diretoria de Auditoria  
de Estatais  
DAE

Diretoria de Auditoria  
de Políticas Econômicas  
e de Desenvolvimento  
DE

Diretoria de Auditoria  
de Políticas de Infraestrutura  
DI

Diretoria de Auditoria  
de Previdência e Benefícios  
DPB

Diretoria de Investigações  
e Operações  
DIOPE

Ouvidoria-Geral  
da União  
OGU

Diretoria de Articulação,  
Monitoramento e Supervisão  
do Sistema de Ouvidorias  
DOUV

Diretoria de Proteção  
e Defesa do Usuário  
de Serviço Público  
DUSP

Corregedoria-Geral  
da União  
CRG

Diretoria de Articulação,  
Monitoramento e Supervisão  
do Sistema de Correição  
do Poder Executivo Federal  
DICOR

Diretoria de Responsabilização  
de Agentes Públicos  
DIRAP

Secretaria de Integridade  
Privada  
SIPRI

Diretoria de  
Acordos de Leniência  
DAL

Diretoria de Responsabilização  
de Entes Privados  
DIREP

Diretoria de Promoção  
e Avaliação de  
Integridade Privada  
DPI

Secretaria de Integridade  
Pública  
SIP

Diretoria de Promoção  
de Integridade Pública  
DIPIP

Diretoria de Governo  
Aberto e Transparência  
DGAT

Diretoria de Estudos  
e Desenvolvimento  
da Integridade Pública  
DEIP

Secretaria Nacional de  
Acesso à Informação  
SNAI

Diretoria de Recursos  
e Entendimentos de  
Acesso à Informação  
DIRAI

Diretoria de Articulação,  
Supervisão e Monitoramento  
de Acesso à Informação  
DASAI

UNIDADES  
DESCENTRALIZADAS

Controladorias Regionais  
da União nos Estados  
CGU-R

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho de Transparência,  
Integridade e  
Combate à Corrupção  
CTICC

Comissão de Coordenação  
de Controle Interno  
CCCI

# Tópicos Contemporâneos de Controle Interno



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCA**  
ESTADO DE MUDANÇA





# Tópicos Contemporâneos de Controle Interno

## Abordagem de Auditoria



Inspeção, Avaliação e Consultoria



Implementação da cultura de Gestão de Riscos



Avaliação de Políticas Públicas



Comunicação e Resultados



IA-CM



Auditoria Empática

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/gestao-politica-sociedade/auditoria-empatica>





# Tópicos Contemporâneos de Controle Interno

## Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Falso dilema com a Lei de Acesso à Informação



Denso arcabouço normativo



Para *além* da Tecnologia da Informação



Papel do órgãos central do Controle Interno





# Tópicos Contemporâneos de Controle Interno Transparência



Publicidade *não* é transparência

Desafios da Lei de Acesso à Informação

Dados Abertos

Promover a cultura de Controle Social



# Tópicos Contemporâneos de Controle Interno



Prerrogativas da Nova  
Lei de Licitações e  
Contratos



Controle Interno:  
Eventos extremos –  
mudança climática



Inteligência Artificial



Agenda ESG





# Prevenção e Combate à Corrupção



**Fomento à  
Integridade**



**Transparência e  
Canais de  
Comunicação**



**Estímulo ao  
Whistleblowing**



**Segregação da  
Auditoria**



**Forte  
investimento  
tecnológico**



**Subsídio à  
caracterização  
de crimes**







“À Controladoria não compete o comando do navio, pois esta tarefa é do primeiro executivo; representa, entretanto, o navegador, que cuida dos mapas de navegação. É sua finalidade manter informado o comandante quanto à distância percorrida, ao local em que se encontra, e à velocidade da embarcação, à resistência encontrada, aos desvios da rota, aos [rochedos] perigosos e aos caminhos traçados nos mapas, para que o navio chegue ao destino.”

Heckert e Wilson, “Business Budgeting and Control”  
(Ronald Press. New York, 1955)



# Aspectos Conceituais e Históricos do Controle Interno



**ESCOLA DE  
CONTROLE  
INTERNO**

PROF. FRANCISCO  
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

Secretaria  
da Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCO**  
ESTADO DE MUDANÇA